

O dilema

A REFORMA do regimento da Constituinte não é assunto menor: o regimento tem sido o andaime da obra constitucional, o instrumento processual capaz de resolver ou agravar a situação. Tal é a importância dessa reforma, que ela supõe uma premissa de grandeza na alma dos constituintes, no aproveitamento da oportunidade aberta.

PRIMEIRO, pela comprovação de que a vontade revisora da maioria se exerce com espírito de conciliação; segundo, pelo elevado reconhecimento, por parte de líderes da minoria, de que esta não deve aspirar o predomínio. Comprovação e reconhecimento se combinam para exorcizar do cenário o fantasma rondante do impasse constitucional, da humilhação de grupos, tudo indicando frustrações democráticas.

A DISCIPLINA espontânea da maioria na revisão do regimento será garantida de reformulações do texto, objetivando tornar o País governável sob regime democrático. A partir dela, divisa-se a esperança de que a Carta sairá conciliada o capital e o trabalho, unidos pela convicção de que só se valorizará o emprego pelas oportunidades ampliadas de emprego.

A FORA os radicais, ninguém poderá sentir-se confortável em uma situação econômica imobilizada e em uma atmosfera social carregada; conjuntura que se agravaria pela manutenção de disposições intervencionistas, paternalistas, discriminatórias e isolacionistas.

REVIGORA-SE nestas horas a expectativa de que as lideranças se elevem à seriedade da situação para, a partir dessa consciência maior, realizar-se o aperfeiçoamento, com espírito desarmado, da obra constitucional.

A MESMA vontade de aperfeiçoamento deve ter inspirado a ordem do dia dos ministros militares, empenhados também na consolidação democrática. Instaura-se uma nova atmosfera, um chamamento a segmentos responsáveis, a talentos culturais e a valores morais da sociedade, um apelo à cooperação, na fase dos arremates constitucionais no plenário.

AS TENSÕES políticas e sociais dos últimos dias, ora atenuadas, não podem retornar. O dilema é incontornável: conciliação ou crise de conseqüências imprevisíveis.

Afif defenderá eleição contra os decretos-leis

SANTO ANDRÉ, SP — O Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) ameaçou ontem deflagrar uma campanha no Congresso pela realização de eleições gerais em março, logo após a promulgação da nova Constituição, se o Presidente José Sarney insistir em usar decretos-leis. Afif criticou o pacote fiscal que o Governo deverá baixar em dezembro, classificando a atitude de absurdo e de afronta à sociedade.

— O mesmo grupo que promoveu o estelionato eleitoral comete agora o crime maior de falsidade ideológica, já que o decreto-lei foi atacado pelo grupo que aí está.

O Deputado, idealizador da proposta de conciliação do "Centrão" com os "progressistas" do PMDB, disse que o acordo para a alteração do Regimento Interno da Constituinte terá que sair nos próximos dois dias. A seu ver, a base do entendimento é a votação por capítulos, e não por títulos.

— A regra do jogo terá que ser

igual, cumprindo a emenda constitucional 26, que os levará forçosamente ao diálogo, e não ao confronto.

Em relação aos pontos polêmicos do projeto da Comissão de Sistematização, Afif propôs que a Constituinte se reúna em regime de urgência, a partir de quarta-feira, para votar todas as matérias tributárias que estão pendentes, inclusive o novo pacote do Governo, para evitar decretos-leis. Em sua opinião, isto permitirá que em dezembro os grupos negociem os pontos e em janeiro a Constituição seja votada, com os substitutos prontos por acordo da maioria.

Na visita que fez ontem às convenções municipais do PL na região do ABC para formação dos diretórios do partido, o Deputado disse que o provável lançamento de seu nome à Presidência da República, em um jantar em São Bernardo do Campo, é apenas especulação. Para ele, o mais viável é o lançamento de seu nome à Prefeitura de São Paulo.

PMDB inicia ofensiva para obter acordo abrangente com 'Centrão'

Telefoto de Juan Carlos Gomez

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, reúne-se hoje de manhã com representantes do "Centrão", em busca de uma proposta intermediária que permita votar, na quarta-feira, o regimento interno da Constituinte. Depois de chegar à conclusão de que a maior dificuldade para o entendimento está no fato de que "nem todas as partes estão conversando", conforme afirmou o Relator Bernardo Cabral, lideranças do PMDB decidiram ontem, em reunião na casa do Ministro Renato Archer, lançar-se em ofensiva para chegar a um acordo.

Bernardo Cabral afirmou que "todas as partes cederão um pouco" e hoje será possível chegar a um acordo comum, que deverá ser totalmente acertado na quarta-feira, "para evitar repetições, discussões e uma guerra no plenário". Cabral levou para a reunião estudos feitos com o Senador Konder Reis (PDS-SC) relativos à "emenda composta", que permite a composição de várias sugestões.

O Deputado Pimenta da Veiga disse que os participantes da reunião vão procurar represen-

tantes do "Centrão", para avaliar, separadamente, os pontos polêmicos do projeto de Constituição. Assim, de maneira informal, cada um seria encarregado de um assunto, como Ordem Social, o próprio Regimento, ou sistema de governo. Esses pontos, segundo Pimenta, são cerca de 30, que serão levantados para que se procure votar de maneira mais ágil.

Tanto Pimenta, como Cabral, disseram que é preciso haver flexibilidade na discussão sobre o regimento e no texto final que venha a ser aprovado.

O Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço (BA), revelou ontem que os entendimentos sobre o número de assinaturas para apresentação das emendas está praticamente fechada. A Mesa da Constituinte defende 180 assinaturas, o "Centrão" quer 280, mas o acordo deverá definir 130.

José Lourenço, que esteve na manhã de ontem com Ulysses Guimarães, disse ainda que o "Centrão" dificilmente abrirá mão da proposta para apresentar emendas, substituindo títulos inteiros do relatório da Comissão de Sistematização.

O objetivo é acelerar discussões

BRASÍLIA — Houve unanimidade em pelo menos um ponto discutido ontem na casa do Ministro da Previdência, Renato Archer, que reuniu o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o Relator Bernardo Cabral e outras lideranças do PMDB: é preciso ganhar tempo e agilizar as discussões da Assembléia Constituinte. Segundo o Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), com a definição sobre o regimento interno, será possível "engrenar os trabalhos e concluir a nova Constituição em janeiro ou fevereiro".

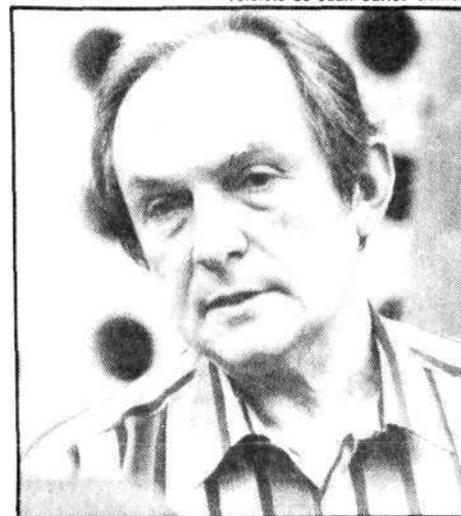
Também preocupado em acelerar os trabalhos, Bernardo Cabral disse que é contra a proposta de dilatação, por mais 24 horas, do prazo de apresentação de emendas:

— Isso não leva a nada, a não ser uma reprovação ainda maior do povo. Todos já estão cientes e conscientes de cada artigo da Constituição. Este prazo não é necessário — afirmou.

O calendário, agora, de acordo

com Bernardo Cabral, é o seguinte: na próxima quarta-feira, vota-se a emenda substitutiva número um (cujo primeiro signatário é o Deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do "Centrão"), que será encaminhada à publicação na quinta-feira. Sexta, sábado e domingo é o prazo para a apresentação de emendas, que serão publicadas na segunda-feira. A partir de terça, começa a contar o prazo de cinco dias para o parecer do Relator. Se essas datas forem cumpridas, o trabalho do plenário pode começar no dia 12 de dezembro.

Sobre as críticas feitas pelos Governadores e até credores internacionais de que a demora na promulgação da nova Constituição tem prejudicado as outras atividades do País, Bernardo Cabral culpou o sistema presidencialista. E observou: "No dia em que for implantado o parlamentarismo, o País não vai mais parar por causa dessas discussões".



Cabral: 'Todos deverão ceder um pouco'

Cardoso Alves não negocia os 280 votos

SÃO PAULO — O Deputado federal Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) adiantou que hoje ainda não deverá ser fechado o acordo sobre as mudanças no regimento interno com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com quem jantará à noite em Brasília para nova rodada de negociações. Ele afirmou, porém, que um ponto é inegociável: somente serão encaminhadas matérias que contem com apoio da maioria simples de 280 votos (50 por cento mais um do total de deputados constituintes). Após a conversa com Ulysses, Cardoso Alves reunirá os parlamentares do "Centrão" para informá-los do resultado da reunião, acrescentando que não lhe cabe, mas sim a todo o grupo, definir a possibilidade de um acordo.

DITADURA LEGISLATIVA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Tiveram a coragem de cassar o mandato do Presidente Sarney, mudaram o regime para parlamentarista, traindo o povo que queria votar para presidente com eleição direta. Não seguiram o exemplo de Juscelino Kubitschek, que anistiou todos os militares revoltosos de Aragarças e Jacaré-acanga. Negaram anistia e o direito aos praças e marinheiros de receberem as indenizações devidas e que serviram a um Governo legalmente constituído de João Goulart, com medo de perderem seus mandatos. Lembre-se desses nomes, a relação será publicada oportunamente e não vote neles nunca mais.

**A LUTA CONTINUA!
EX-DEPUTADO FEDERAL
JORGE CARONE**

PRESIDENTE DO COMITÊ PRÓ—PRESIDENCIALISMO